

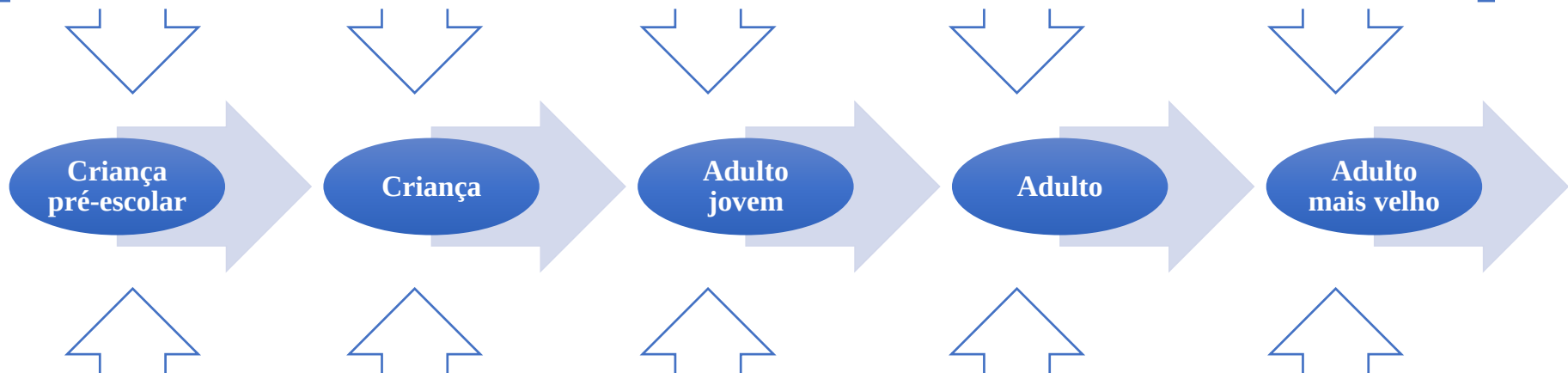
Políticas sociais e austeridade fiscal: Como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo

Apresentação baseada no documento “Políticas sociais e austeridade fiscal: Como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo”, preparado por Fabiola Sulpino Vieira, Isabela Soares Santos, Carlos Ocké Reis e Paulo Henrique de Almeida Rodrigues, como subsídio para o debate no Seminário “Políticas sociais e a austeridade na agenda neoliberal”, organizado pela parceria Cebes-Fiocruz-ABrES. Versão preliminar datada de 29 de setembro de 2017.

Objetivos e funções da política de investimento social

OBJETIVOS

1. Capacidade de carga - gerar mais recursos fiscais para a manutenção do Ebes e para a implementação de políticas sociais mais proativas e produtivistas;
2. Segurança no curso da vida – estabelecer barganha redistributiva entre os cidadãos e a provisão de bem-estar nas diferentes fases e situações de suas vidas, considerando que os riscos sociais mudam ao longo do tempo;
3. Mudança no papel do gênero e da família - apoiar as famílias, a fim de que se promova o equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar.



FUNÇÕES:

1. Fluxo: facilitação do fluxo do mercado de trabalho contemporâneo e de transições do curso da vida, para uso mais eficiente dos recursos do trabalho a fim de garantir elevada participação no mercado;
2. Estoque: elevação da qualidade do estoque de capital humano e de capacidades, garantindo a produtividade futura; e
3. Amortecedor (buffer): manutenção de redes sólidas de estabilização econômica no envelhecimento das sociedades, assegurando a proteção e a distribuição de renda, além da estabilização econômica.

Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos de Hemerijck (2017), de Hemerijck e Vydra (2017) e Esping-Andersen (2002 apud Hemerijck, 2017).

Causas da crise na Europa (o problema fiscal e a enorme dívida pública) e as consequências (piora na relação dívida pública / PIB, reservas baixas e o aumento das taxas de desemprego)

Maioria dos países tem elevados índices de endividamento, mas só os mais ricos conseguem reunir reservas para garantir estabilidade



Manifestação na Grécia, no auge da crise financeira vivida pelo país: frouxidão fiscal causa rombo nas contas públicas (Foto: Christina Kekka)

Em 2008, os Estados Unidos presenciaram o estouro da bolha imobiliária, terremoto que atingiu duramente a maior economia do planeta e gerou ondas de impacto em dezenas de outros países. Dois anos mais tarde, a crise atingiu em cheio a União Europeia, que se acreditava ser o mais sólido bloco econômico do mundo. Na raiz da crise europeia, está a enorme dívida pública, ocasionada por gastos excessivos, com despesas maiores do que as receitas e sem o devido lastro de reservas.

O problema foi, em suma, fiscal. Países financeiramente mais frágeis, como Grécia e Portugal, ou economias até então consideradas mais fortes, como Itália e Espanha, vinham, há anos, gastando mais do que conseguiam arrecadar. Assim, o Estado passou a financiar os custos por meio de empréstimos.

O Tratado de Maastricht (1992), que instituiu a Comunidade Europeia, estabeleceu para os países-membros que a relação entre dívida pública e produto interno bruto (PIB) não poderia ultrapassar o limite de 60%.

Na Grécia, o pior caso de descontrole das contas públicas na Zona do Euro, a dívida alcançou a marca de 148,6% do PIB em 2010, ficando na casa dos 340,2 bilhões de euros. Quando os números foram divulgados, instalou-se a desconfiança de que o governo grego não conseguiria honrar os compromissos e os investidores começaram a pensar duas vezes antes de comprar ações e títulos europeus.

Crise econômica de 2008: efeitos sobre a União Europeia

Fonte: Senado Federal. Em Discussão. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/contas-publicas/mundo/causas-da-crise-na-europa-o-problema-fiscal-enorme-divida-publica-consequencias-reservas-baixas-o-aumento-das-taxas-de-desemprego-divida-publica-em-relacao-ao-pib.aspx>. Acesso em: 13 out. 2017.

Troika e o ajuste fiscal de alguns países da União Europeia

- Troika: cooperação entre o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia

MEMORANDO DA *TROIKA* ANOTADO

Por A.B. , A.C. , A.R.S. , L.V. , L.F. , J.P.P. , M.G. , M.O. , P.C. , R.A.C. , R.M. , R.S. , S.A. e S.S.

O Memorando de Entendimento assinado a 17 de Maio de 2011 marcou os três anos do resgate a Portugal. Consulte o documento que serviu de guião ao executivo de Pedro Passos Coelho, com dezenas das medidas mais relevantes explicadas pelo PÚBLICO.



O Memorando de Entendimento tocou todos os aspectos da vida do país. Por exemplo, entre as muitas medidas para o mercado laboral, estavam os cortes no subsídio de desemprego e a flexibilização dos critérios para despedimentos. O Governo cumpriu a primeira parte das medidas para facilitar os despedimentos acabaram travadas pelo Tribunal Constitucional. Foi também o memorando a determinar uma redução nas pensões. Nesta área, o Governo fez mais do que o estipulado. Em 2014, depois de cortes vários, a redução passou a incidir sobre as pensões acima dos 1000 euros.

Foram assinados dois memorandos principais em Maio de 2011. Um do Fundo Monetário Internacional e o outro da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Os dois estabelecem essencialmente os mesmos objectivos, mas o documento das instituições europeias, apresentado nesta página, é o mais detalhado e é aquele que é designado por Memorando de Entendimento. Conheça as metas cumpridas, os compromissos falhados e as reformas em que o Governo foi além da *troika*.

Fonte: <https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>

Austeridade

- **1º sentido:** refere-se à severidade ou simplicidade, severidade de disciplina, regime, expressão ou desenho
- **2º sentido:** diz respeito a uma medida econômica, como uma poupança, economia ou ato de autonegação, especialmente em relação a algo que é considerado um luxo
- **3º sentido:** está relacionada a uma poupança forçada, como política de um governo, com acesso ou disponibilidade restritos ao consumo de bens

Canterberry (2015)

Austeridade

No discurso neoliberal...

- Crítica de Bastos (2017) ao uso do termo “austeridade” pelos neoliberais:
 - a austeridade é utilizada pelos neoliberais para justificar a moderação no crescimento dos salários e da oferta de bens e serviços públicos
 - O argumento é de que com esta moderação, não se prejudica a poupança dos empresários, que é necessária para a geração de empregos e para o bem-estar futuro dos consumidores
 - Não se realiza a moderação dos lucros
 - A austeridade proposta não é a dos que já consomem mais (os ricos), mas sim a dos trabalhadores e dos cidadãos que dependem de serviços públicos, o que aumenta a injustiça social

Austeridade fiscal

A austeridade fiscal, como cerne de políticas governamentais, se caracteriza por escolhas que exigem grandes sacrifícios da população

- aumenta a carga tributária
- implementação de medidas que restringem a oferta de benefícios, bens e serviços públicos, em razão de cortes de despesas e/ou da realização de reformas estruturais, afetando de forma significativa os estratos mais vulneráveis da população

Ajuste fiscal da Espanha é o mais duro de toda a Europa

País terá que cortar déficit em 5,5%, mais do que a Grécia, que está em situação pior

Carla Miranda

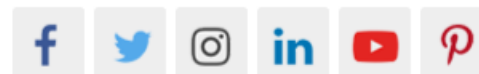
29 Março 2012 | 18h26

 espanha_madri_ouerta_del_sol_ap_alberto_di_lolli_29032012.jpg

A Espanha, país onde centenas de milhares de pessoas protestaram nas ruas durante um **greve geral** nesta quinta-feira, 29, aceitou fazer o maior esforço fiscal de toda a Europa, observa a revista britânica *The Economist*.

Isso não quer dizer que a Espanha ficará com as contas públicas mais equilibradas do que os demais membros do bloco se cumprir a meta. Significa apenas que se comprometeu a dar o maior passo rumo a um equilíbrio. Mesmo se atingir o objetivo, continuará em situação bem pior do que, por exemplo, a Alemanha.

SIGA O ESTADÃO



Data: 17 de outubro, terça-feira
Horário: 10h00
Local: Espaço Sociocultural - Teatro CIEE
Endereço: R. Tabapuã, 445 - Itaim Bibi - S. Paulo/SP

Traje social completo
Estacionamento gratuito no local
Confirme sua presença: www.ciee.org.br
Informações: (11) 3040-6541 ou 3040-6542

 
ESTAGIÁRIOS e APRENDIZES

MAIS AUSTERIDADE

As 50 medidas de austeridade entre junho de 2011 e agosto deste ano

03.10.2012 às 14h52



Desde junho de 2011, começando no memorando da *troika* e terminando nas novas medidas de austeridade anunciadas na semana passada, os portugueses já sofreram muitos cortes. [Clique para visitar o dossiê Mais austeridade](#)

CARLA TOMÁS E ROSA
PEDROSO LIMA
(WWW.EXPRESSO.PT)

As medidas de austeridade são sempre anunciadas como imprescindíveis. E quase sempre prometidas como as últimas. Mas os apertos de cinto têm sido sucessivos. E nem é preciso ir muito atrás no tempo. Desde o início da aplicação do memorando da *troika* até ao novo, brutal e muito criticado pacote de austeridade anunciado por Passos Coelho há uma semana, parece ter passado uma eternidade. Mas foi apenas um ano e três meses. E meia centena de medidas que afetam diretamente o bolso dos portugueses e os seus direitos.

Fonte: http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_maisausteridade/as-50-medidas-de-austeridade-entre-junho-de-2011-e-agosto-deste-ano=f757627

Algumas medidas negociadas entre o governo português e a Troika (1 de 2)

• Salários e pensões

- Os funcionários públicos com vencimentos superiores a 1500 sofreram, em 2011, cortes entre 3,5 e os 10%
- Os trabalhadores do sector privado e do sector público perderam em 2011 o equivalente a meio subsídio de Natal, cerca de 3,5% do seu salário, através de uma sobretaxa no IRS

• Função pública

- Reduziu-se o número de dirigentes da Administração Pública (menos 15% do total, 218 cargos desapareceram em 2012)
- O número de funcionários públicos caiu 2% por ano - 19 mil a menos em 2011, quase 9 mil saíram até junho de 2012
- Corte de 168 organismos e institutos públicos, por extinção e fusão

Algumas medidas negociadas entre o governo português e a Troika (2 de 2)

• Trabalho

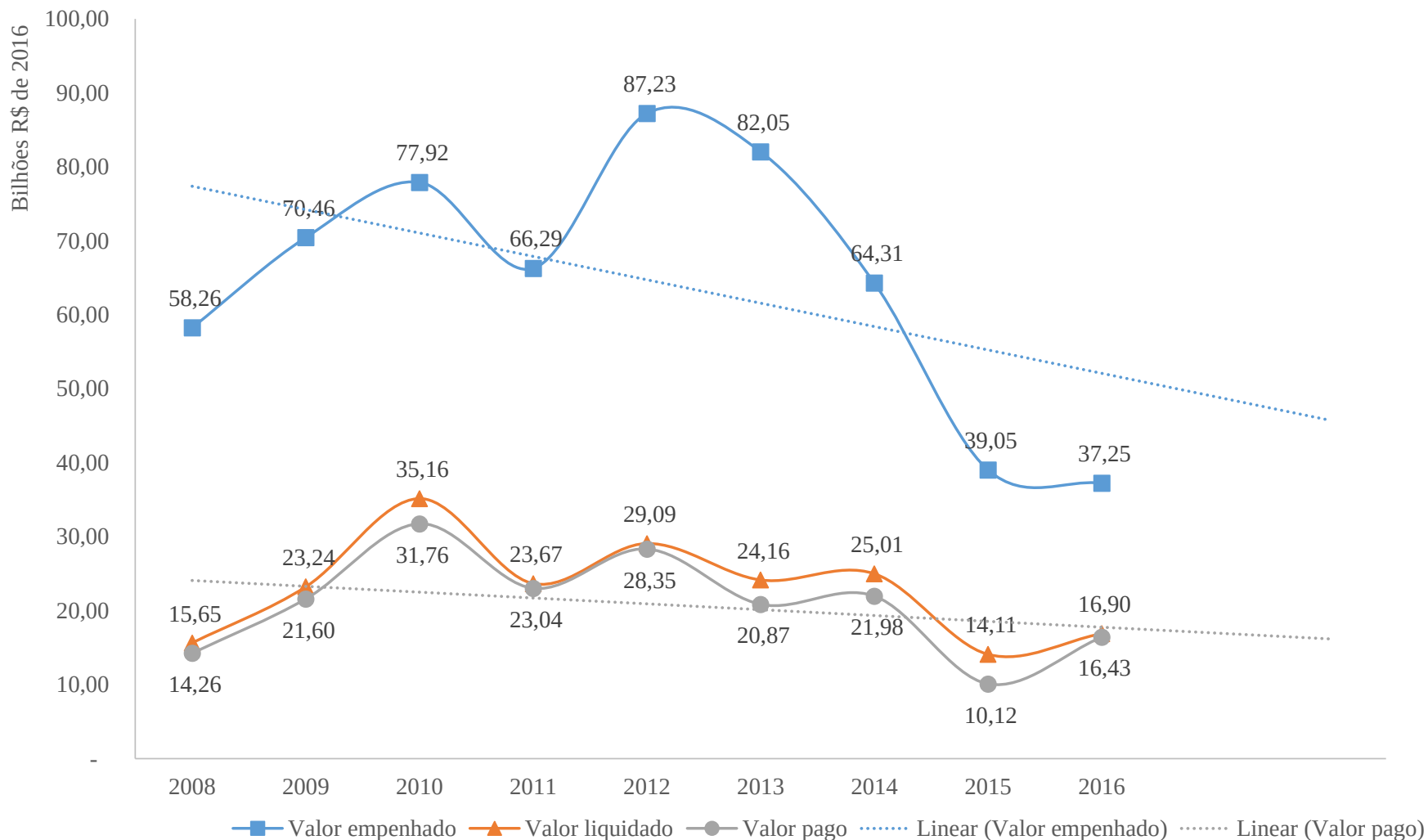
- Corte do valor das indenizações por despedimento no setor privado (de 30 para 20 dias por ano e com teto máximo de 12 anos)
- Corte no subsídio de doença (uma baixa de menos de 30 dias equivale ao pagamento de 55% do salário)
- No subsídio de desemprego: dura metade do tempo, tem um teto máximo 20% mais baixo e reduz progressivamente até 10% do valor inicialmente pago
- Eliminação de quatro feriados (a vigorar em 2013)

• Saúde

- Corte de 200 milhões de euros nos custos dos hospitais
- 30% de redução no volume de horas extras nos hospitais em 2012
- Corte na coparticipação no transporte dos doentes (menos 30%) pagos aos bombeiros
- Taxas moderadoras - o valor das taxas duplicou em 2012 e o Estado prevê ganhar 200 milhões por ano

Como a austeridade fiscal está sendo empregada no Brasil?

Investimentos do Poder Executivo federal, 2008 - 2016



Fonte: Sigla Brasil. Grupo de Natureza de Despesa (GND 4). Valores deflacionados pelo IPCA médio.

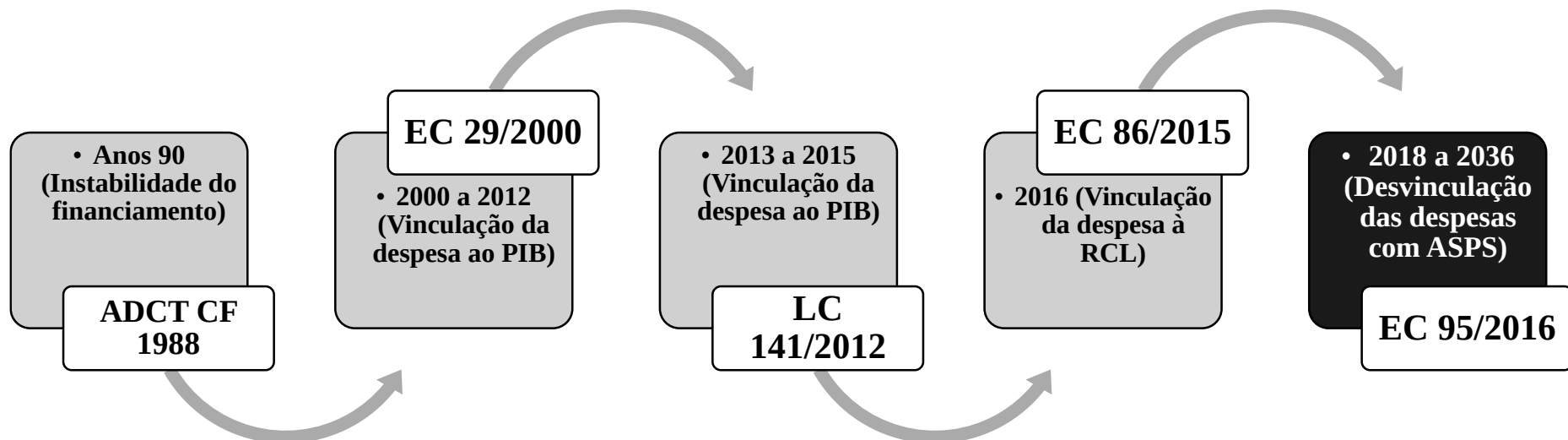
Implantação de teto de gasto para despesas primárias (EC 95, de 2016)

- Valor fixo definido para as despesas com as políticas públicas financiadas pelo governo federal (chamadas de despesas primárias), o qual será corrigido apenas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), anualmente, de 2017 a 2036
- Esta forma de congelamento em termos reais das despesas primárias (pagas e dos restos a pagar pagos) foi chamada de Novo Regime Fiscal
- Congelamento da aplicação mínima em saúde e educação, em termos reais

Congelamento da aplicação mínima em saúde

- Com a EC 95 passa a valer a seguinte regra para a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde:
 - 2017 = 15% da receita corrente líquida (RCL) de 2017 = aplicação mínima de 2017
 - 2018 = 15% da RCL de 2017 + IPCA (acumulado de julho/2016 a junho/2017) = aplicação mínima de 2018
 - 2019 = aplicação mínima de 2018 + IPCA (acumulado de julho/2017 a junho de 2018)
 - ...
 - 2036 = aplicação mínima de 2035 + IPCA (acumulado de julho/2034 a junho/2035)
- De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional,* a RCL estimada para 2017 é de R\$ 764,4 bilhões, o que resulta em uma aplicação mínima em saúde estimada de R\$ 114,7 bilhões
- Logo, sob a vigência da EC 95, a aplicação mínima em saúde será de R\$ 114,7 bilhões em valores de 2017 até 2036

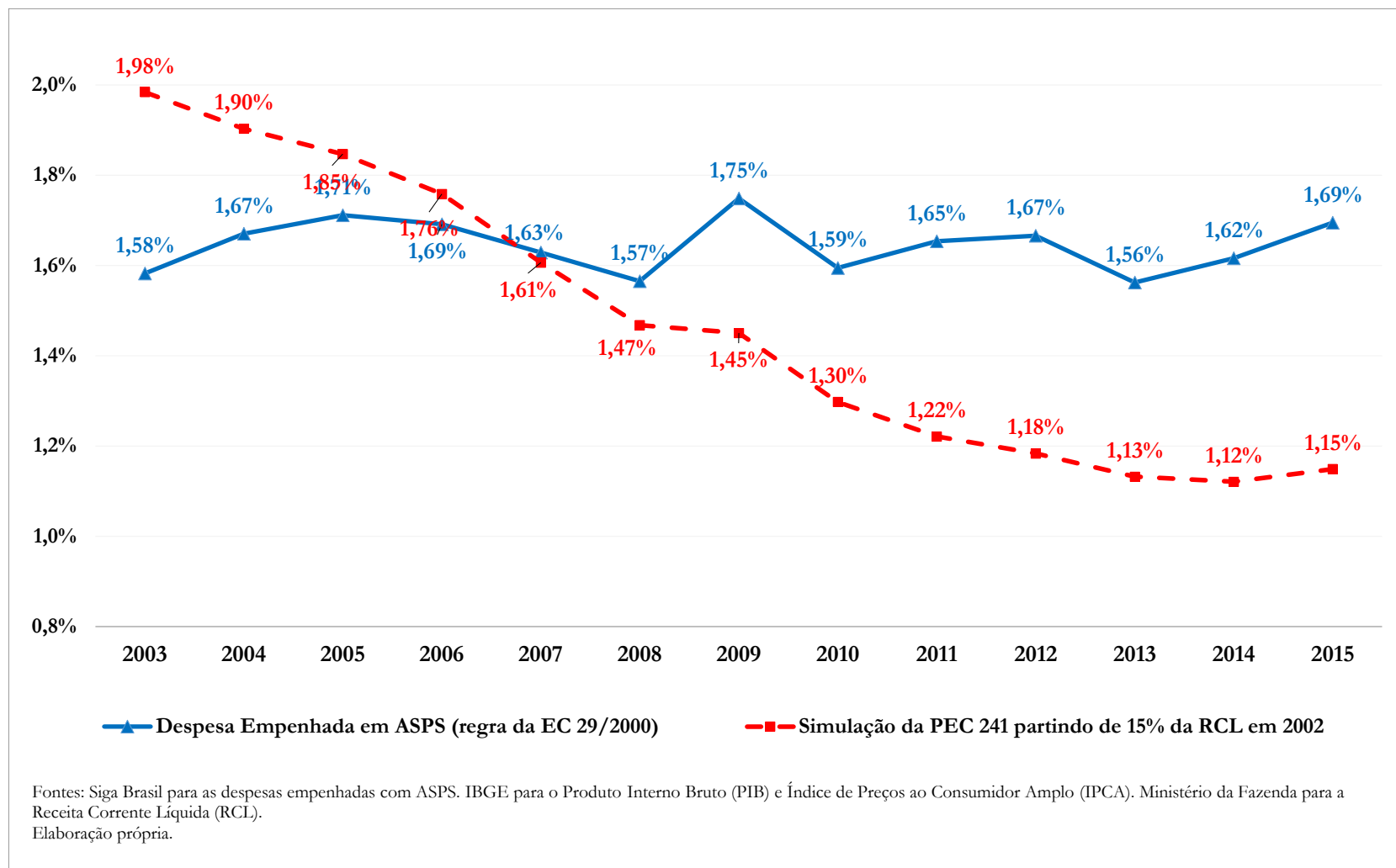
Legislação sobre o financiamento federal do SUS



ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; CF = Constituição Federal; EC = Emenda Constitucional; LC = Lei Complementar.
Elaboração dos autores.

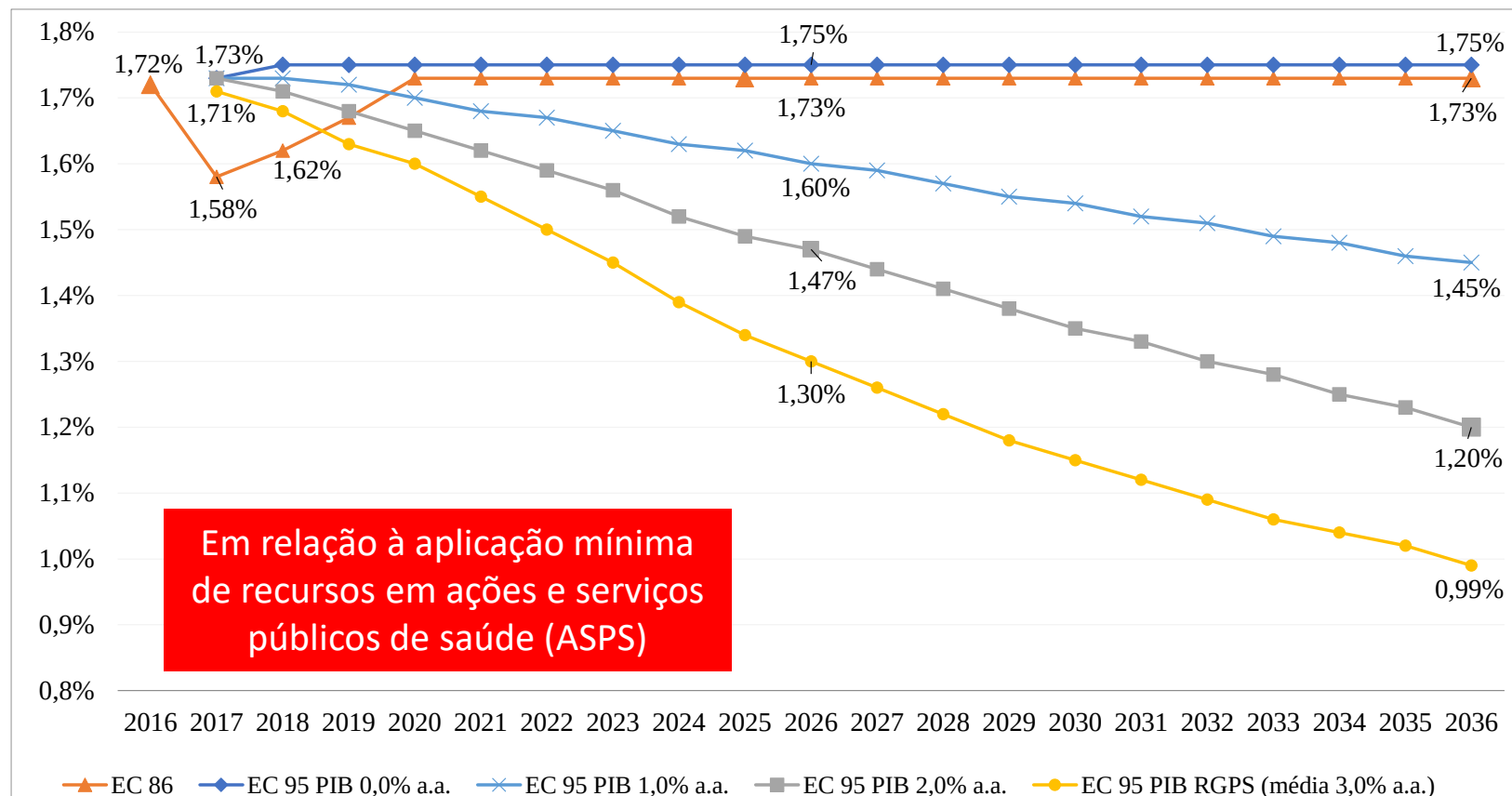
Fonte: VIEIRA, F.S.; BENEVIDES, R.P.S. O direito à saúde no Brasil em tempos de crise econômica, ajuste fiscal e reforma implícita do Estado. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 10, n. 3, p. 1-28, 2016.

Simulação do impacto da EC 95 sobre o gasto federal do SUS caso vigorasse desde 2003 (em % do PIB), 2003 – 2015



Fonte: VIEIRA, Fabiola Sulpino; BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e. “Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil”. *Nota Técnica* nº 28. Brasília: Ipea, 2016.

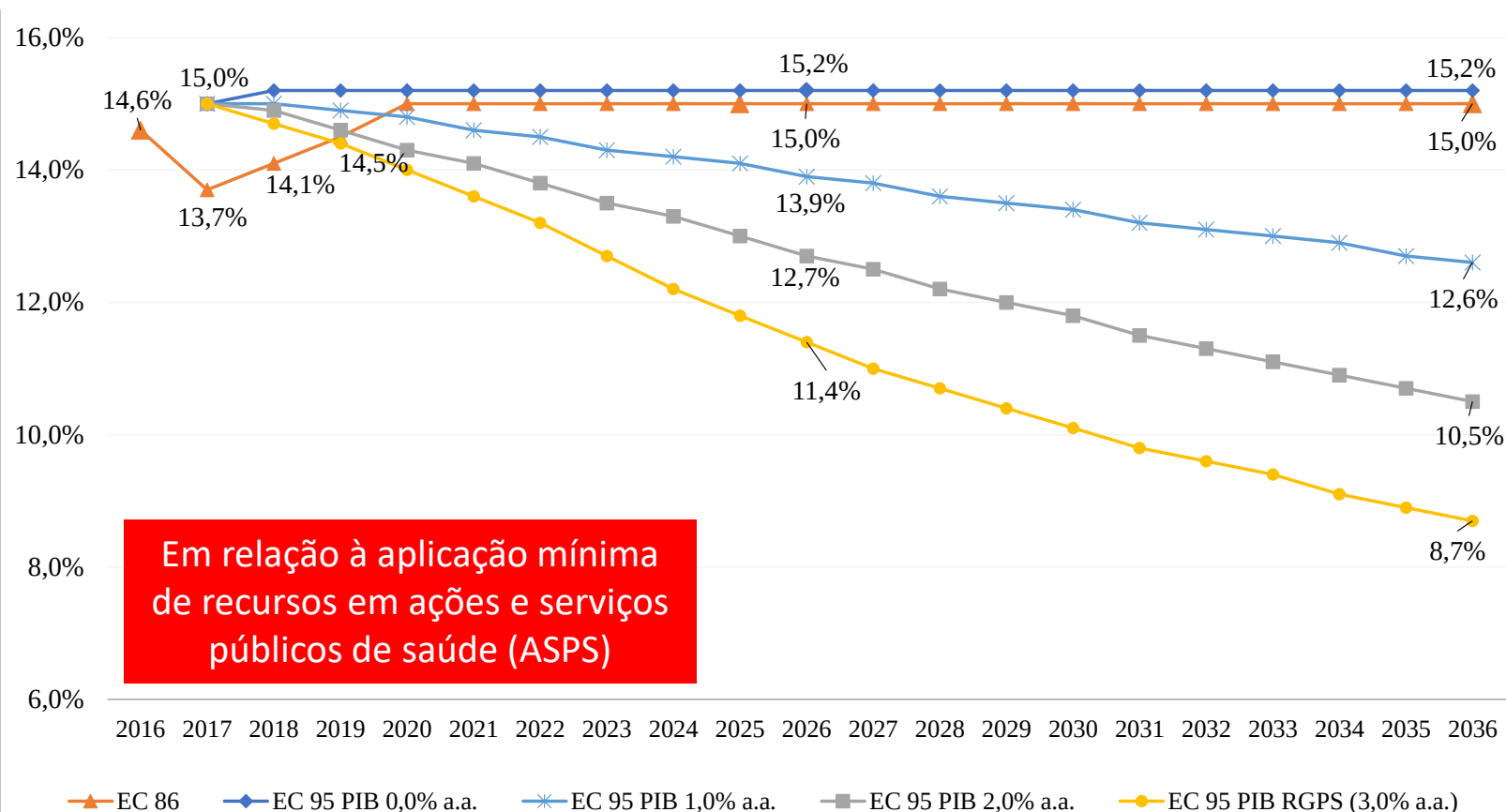
Projeção do impacto da EC 95 sobre o gasto federal com saúde em comparação com a manutenção da regra da EC 86 - em % do PIB



Hipóteses: 1) PIB: foram projetados quatro cenários para as taxas de crescimento real de PIB: três deles com taxa de crescimento real do PIB de 1,0% para 2017 (Focus/Bacen de 18/11/2016) e de 0%, 1% e 2% ao ano entre 2018 e 2036; o quarto cenário utiliza as estimativas de PIB e inflação do PLDO 2016 (anexo RGPS), que apresenta taxa média de 3,00% a.a. no período; 2) IPCA: os três primeiros cenários consideram 4,93% em 2017 (Focus/Bacen de 18/11) e 4,5% entre 2018 e 2036; o quarto cenário utiliza as taxas do PLDO 2016 (anexo RGPS): 2017: 6,0%; 2018: 5,4%; 2019: 5,0%; 2020 a 2036: 3,5%; 3) Hipótese de RCL/PIB constante em 11,45% do PIB (previsão 2017); 4) RCL de 2017 = R\$ 758,3 bilhões, conforme PLOA 2017; 5) PIB nominal de 2016 estimado em R\$ 6.220,5 bilhões, e RCL de 2016 estimada em R\$ 729,8 bilhões, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da SOF/MPOG - 5º Bimestre de 2016; 6) Base para aplicação mínima em ASPS conforme a EC 95, de 15,0% da RCL de 2017.

Fonte: VIEIRA, F.S.; BENEVIDES, R.P.S. O direito à saúde no Brasil em tempos de crise econômica, ajuste fiscal e reforma implícita do Estado. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 10, n. 3, p. 1-28, 2016.

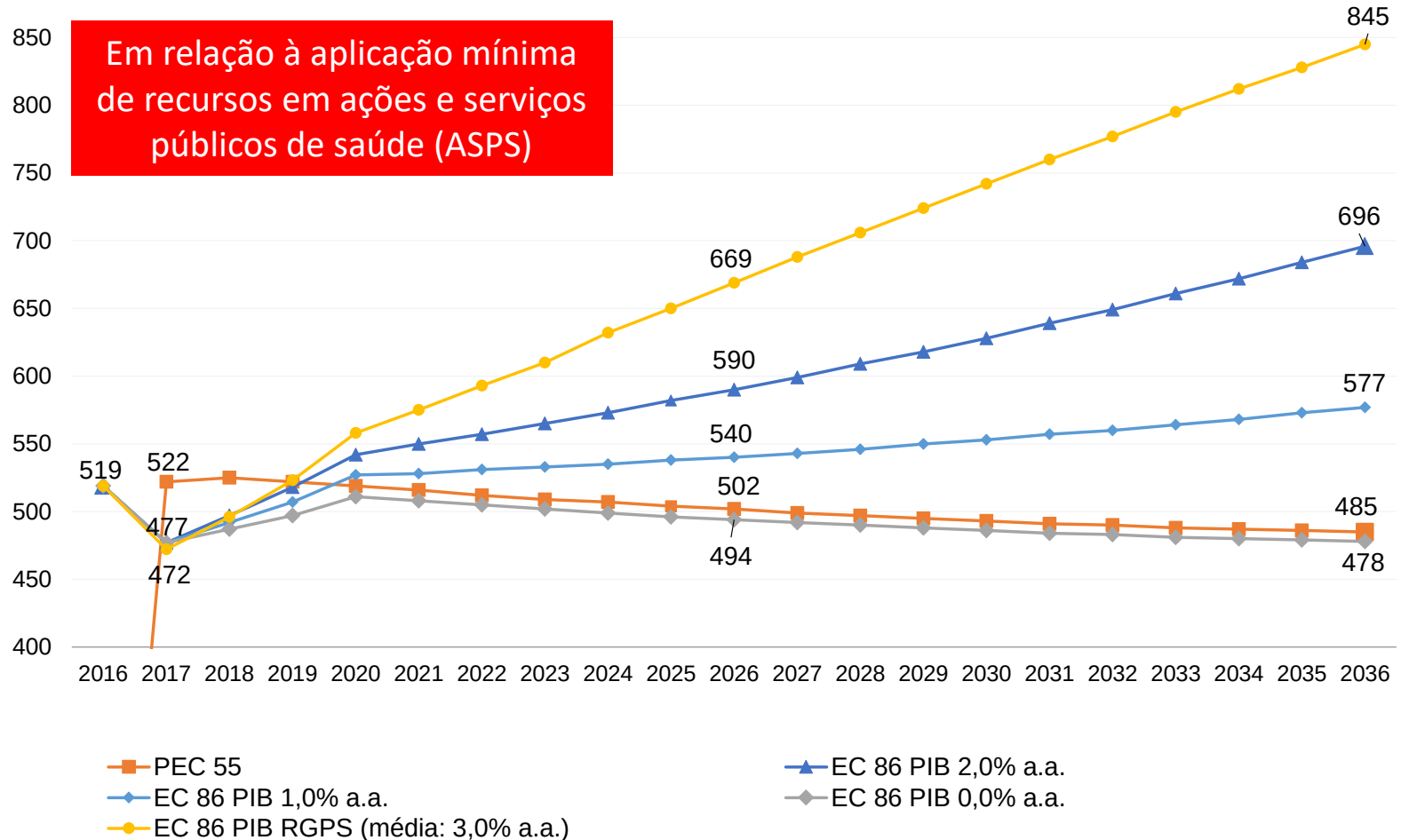
Projeção do impacto da EC 95 sobre o gasto federal com Saúde em comparação com a manutenção da regra da EC 86 - em % da RCL



Hipóteses: 1) PIB: foram projetados quatro cenários para as taxas de crescimento real de PIB: três deles com taxa de crescimento real do PIB de 1,0% para 2017 (Focus/Bacen de 18/11/2016) e de 0%, 1% e 2% ao ano entre 2018 e 2036; o quarto cenário utiliza as estimativas de PIB e inflação do PLDO 2016 (anexo RGPS), que apresenta taxa média de 3,00% a.a. no período; 2) IPCA: os três primeiros cenários consideram 4,93% em 2017 (Focus/Bacen de 18/11)) e 4,5% entre 2018 e 2036; o quarto cenário utiliza as taxas do PLDO 2016 (anexo RGPS): 2017: 6,0%; 2018: 5,4%; 2019: 5,0%; 2020 a 2036: 3,5%); 3) Hipótese de RCL/PIB constante em 11,45% do PIB (previsão 2017); 4) RCL de 2017 = R\$ 758,3 bilhões, conforme PLOA 2017; 5) PIB nominal de 2016 estimado em R\$ 6.247,9 bilhões, e RCL de 2016 estimada em R\$ 729,8 bilhões, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da SOF/MPOG - 5º Bimestre de 2016; 6) Base para aplicação mínima em ASPS conforme a EC 95, de 15,0% da RCL de 2017.

Fonte: VIEIRA, F.S.; BENEVIDES, R.P.S. O direito à saúde no Brasil em tempos de crise econômica, ajuste fiscal e reforma implícita do Estado. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 10, n. 3, p. 1-28, 2016.

Projeção do impacto da EC 95 sobre o gasto federal com Saúde em comparação com a manutenção da regra da EC 86 - em R\$ de 2016 per capita



Hipóteses: 1) PIB: foram projetados quatro cenários para as taxas de crescimento real de PIB: três deles com taxa de crescimento real do PIB de 1,0% para 2017 (Focus/Bacen de 18/11/2016) e de 0%, 1% e 2% ao ano entre 2018 e 2036; o quarto cenário utiliza as estimativas de PIB e inflação do PLDO 2016 (anexo RGPS), que apresenta taxa média de 3,00% a.a. no período; 2) IPCA: os três primeiros cenários consideram 4,93% em 2017(Focus/Bacen de 18/11) e 4,5% entre 2018 e 2036; o quarto cenário utiliza as taxas do PLDO 2016 (anexo RGPS): 2017: 6,0%; 2018: 5,4%; 2019: 5,0%; 2020 a 2036: 3,5%; 3) Hipótese de RCL/PIB constante em 11,45% do PIB (previsão 2017); 4) RCL de 2017 = R\$ 758,3 bilhões, conforme PLOA 2017; 5) PIB nominal de 2016 estimado em R\$ 6.247,9 bilhões, e RCL de 2016 estimada em R\$ 729,8 bilhões, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da SOF/MPOG - 5º Bimestre de 2016; 6) Base para aplicação mínima em ASPS conforme a EC 95, de 15,0% da RCL de 2017.

Consequência fiscal do teto de gasto...

Cenário de crescimento econômico → ↑ da arrecadação → Receitas crescem e despesas primárias permanecem congeladas → ↑
Receitas – Despesas primárias congeladas =
↑ Saldo → os recursos adicionais não
poderão ser investidos nas políticas públicas
(mas poderão ser utilizados para pagar
despesas financeiras ou poderão constituir
reservas monetárias)

Outras reformas estruturais – Trabalhista

(Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017)

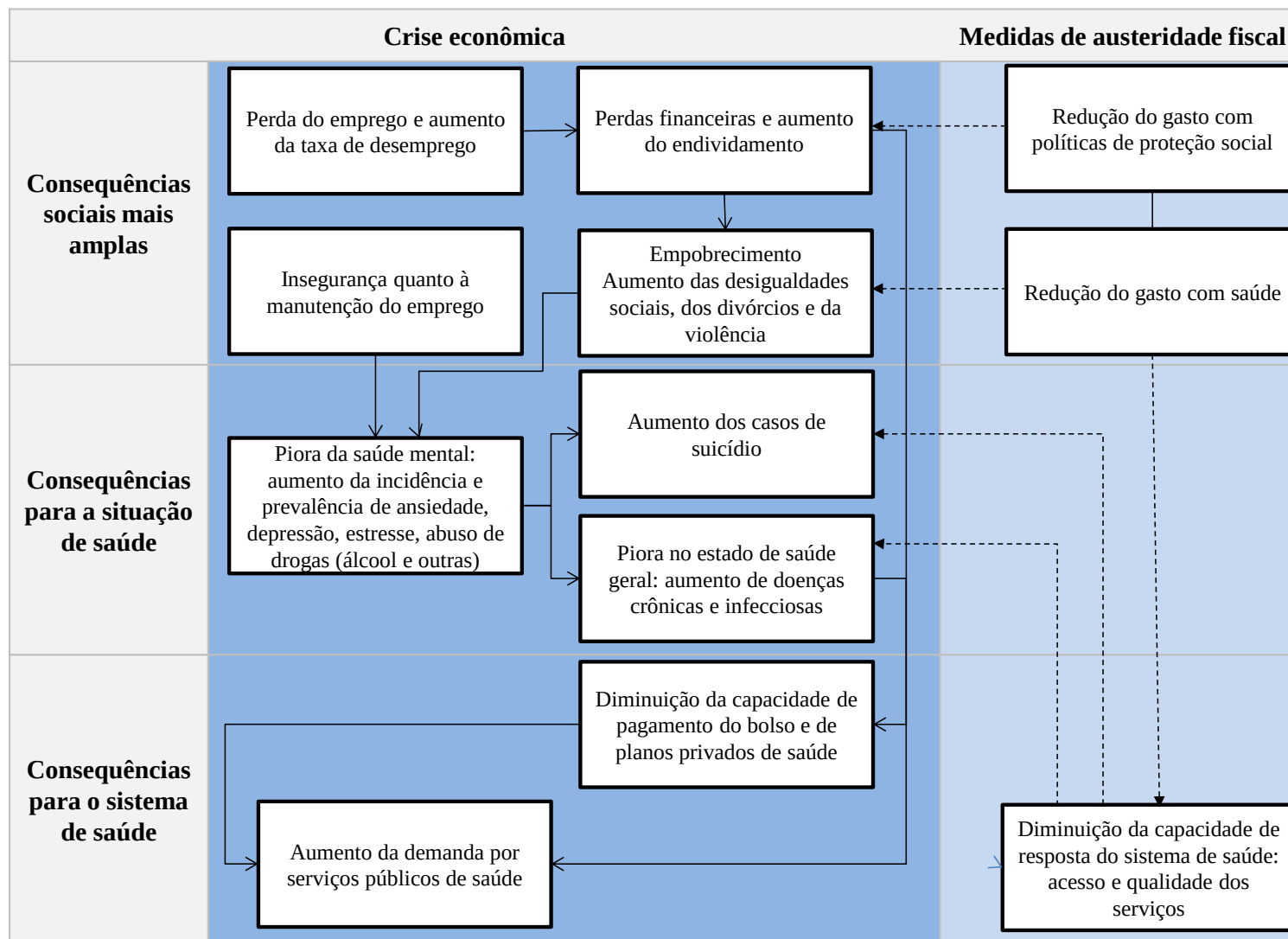
- **Acordado sobre o legislado:** o acordado entre sindicatos e empresas tem força de lei para uma lista de itens, entre os quais jornada, participação nos lucros e banco de horas
- **Jornada diária:** poderá ser ajustada desde que a compensação aconteça no mesmo mês e se respeite o limite de dez horas diárias, já previsto na CLT
- **Jornada parcial e temporária:** a jornada do contrato parcial poderá subir das atuais 25 horas semanais permitidas para até 30 horas, sem possibilidade de horas extras
- **Inclusão da jornada intermitente:** esse tipo de contrato permitirá a prestação de serviços com interrupções, em dias alternados ou apenas por algumas horas na semana
- **Terceirização:** permite que valha para qualquer função da empresa
- **Gestantes e lactantes:** gestantes e lactantes não poderão trabalhar em atividades que tenham grau máximo de insalubridade
- **Demissão em acordo:** por esse mecanismo, a multa de 40% do FGTS é reduzida a 20%, e o aviso prévio fica restrito a 15 dias
- Entre outras mudanças...

Outras reformas estruturais – previdência (Em tramitação no Congresso – proposta alterada em relação à original)

- A idade mínima necessária para se aposentar foi mantida em 65 anos para homens e fixada em 62 anos para mulheres
- O tempo de contribuição não foi alterado e continua sendo de 25 anos
- A idade mínima para o BPC foi alterada: passou de 70 anos para 65
- Aposentadoria rural: a idade de aposentadoria dos homens seria de 60 e a das mulheres de 57 anos, além disso o tempo de contribuição seria de 15 anos

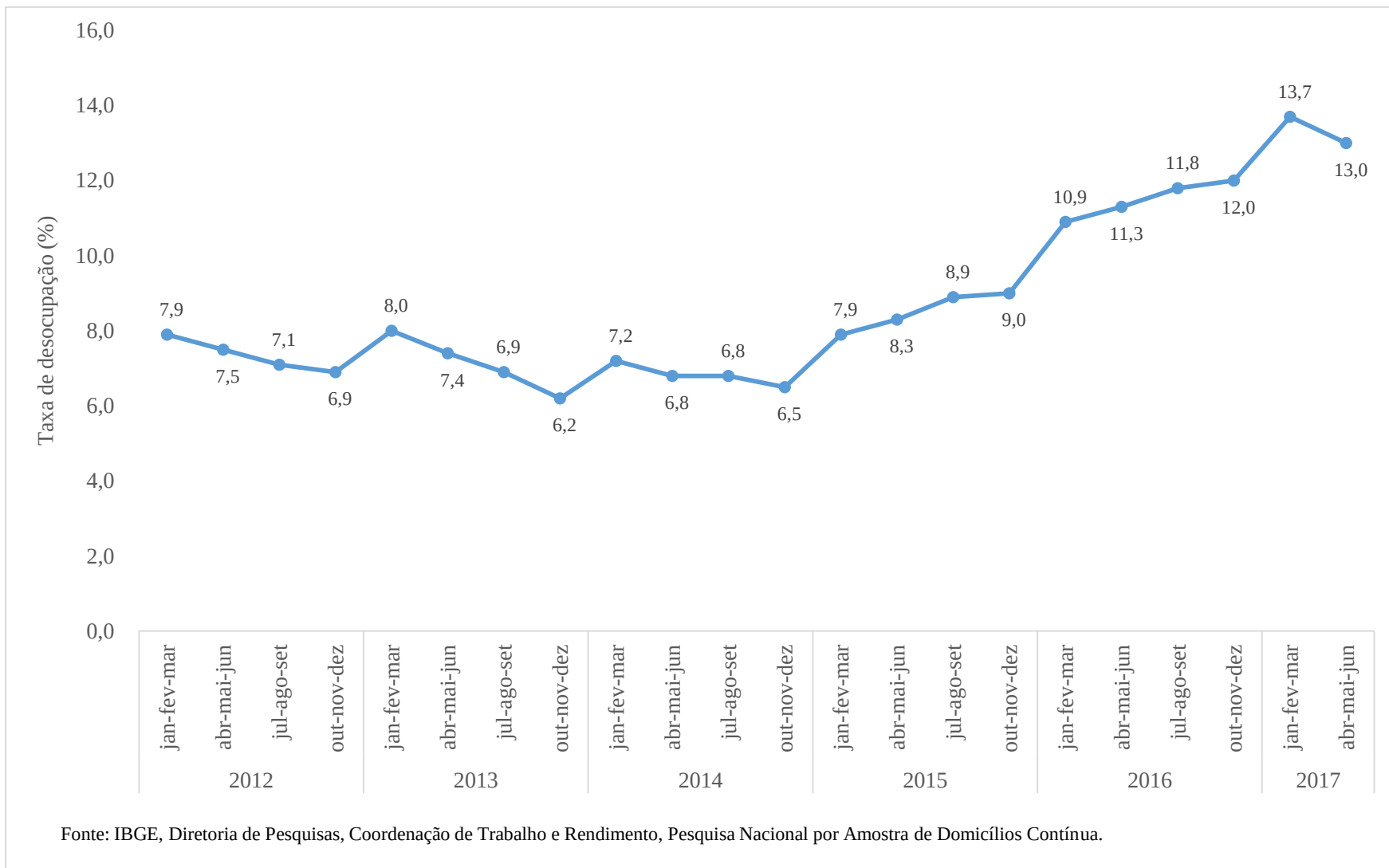
Efeitos sociais das crises econômicas e da austeridade fiscal

Consequências sociais, sobre o estado de saúde e para o sistema de saúde das crises econômicas e da austeridade

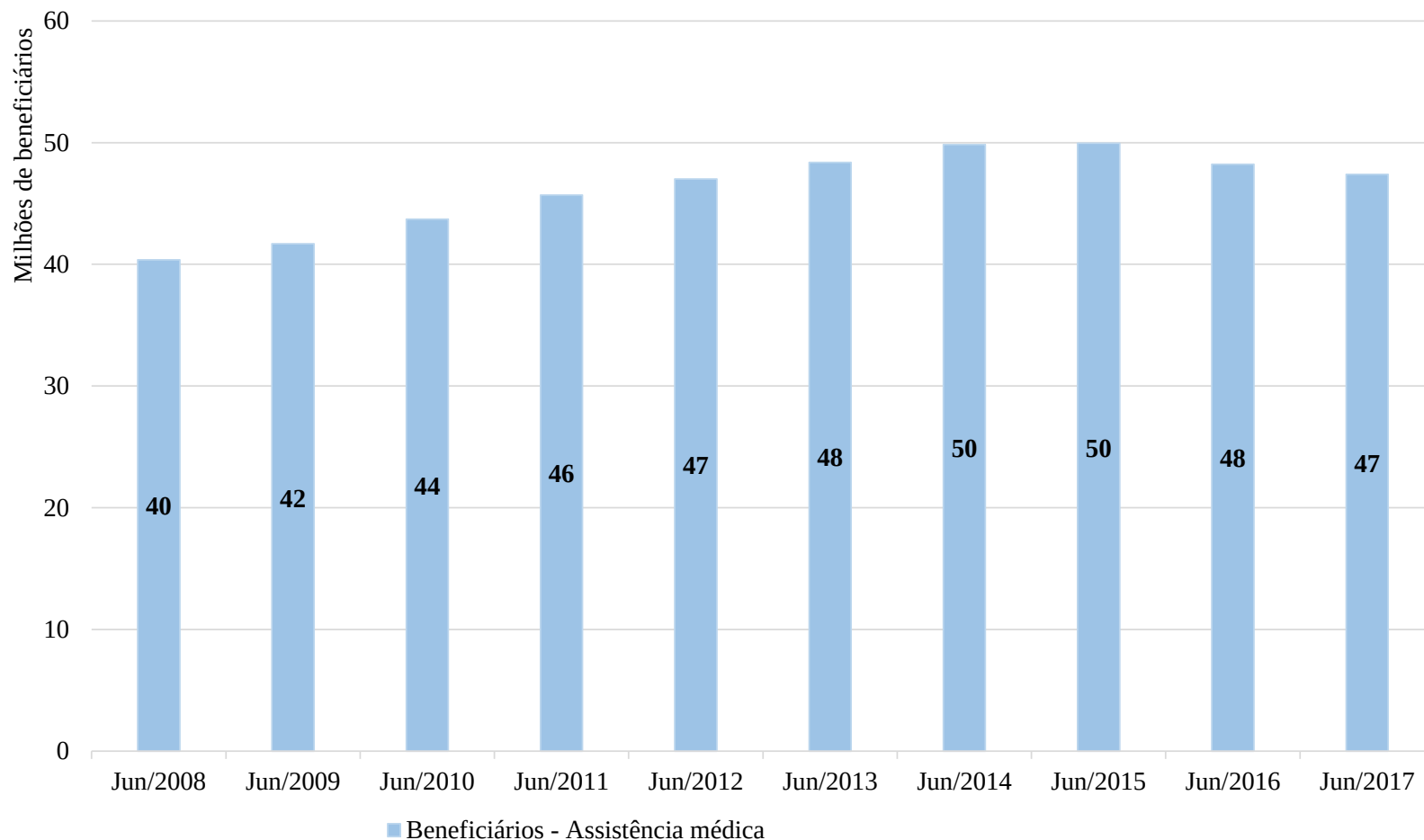


Fonte: Vieira, 2016.

Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, Brasil, 2012 – 2017



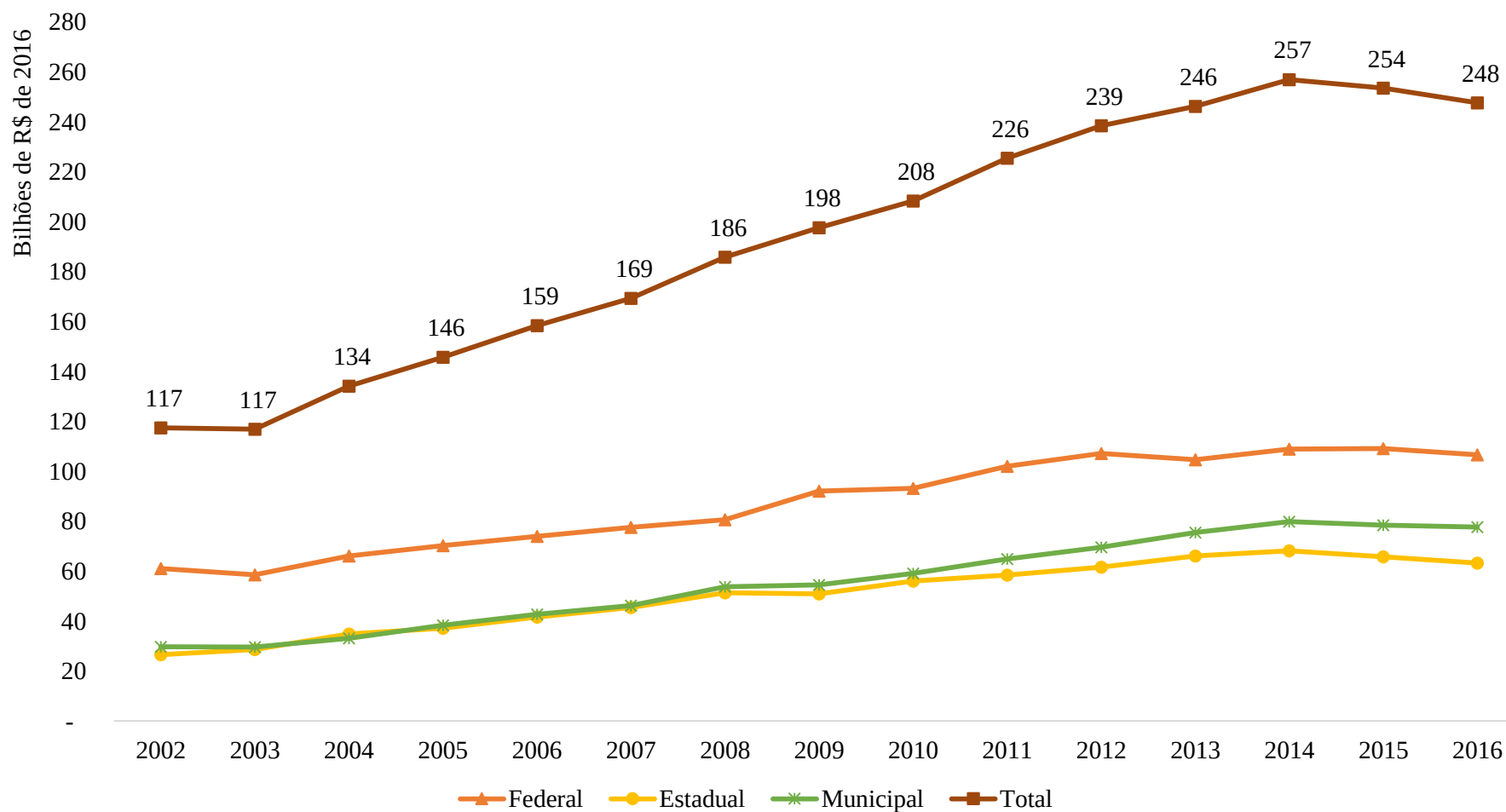
Número de clientes de planos privados de assistência médica-hospitalar, Brasil, 2008 – 2017



Fonte: Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

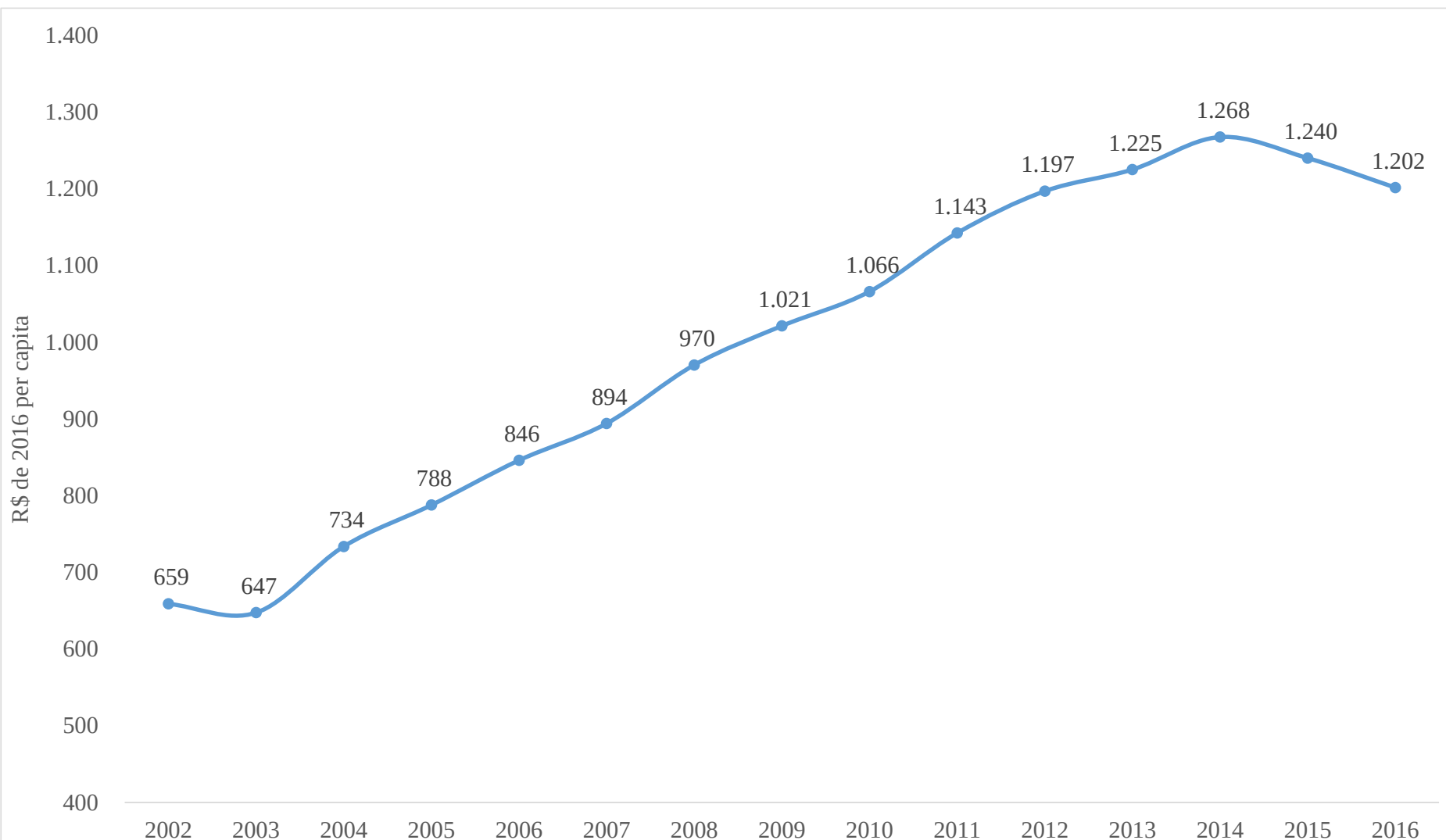
Obs. O termo "beneficiário" refere-se a vínculos aos planos de saúde, podendo incluir vários vínculos para um mesmo indivíduo.

Gasto com ações e serviços públicos de saúde (ASPS), Brasil, 2002 – 2016



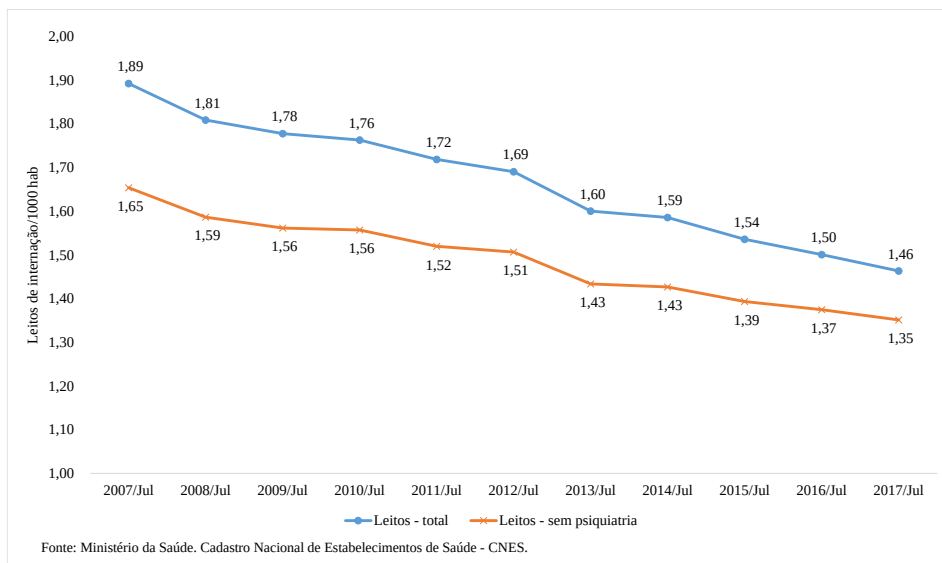
Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - Siops. Consulta feita em 5 set. 2017. Valores deflacionados pelo IPCA médio.

Gasto total per capita com ações e serviços públicos de saúde (três esferas de governo), Brasil, 2002 – 2016

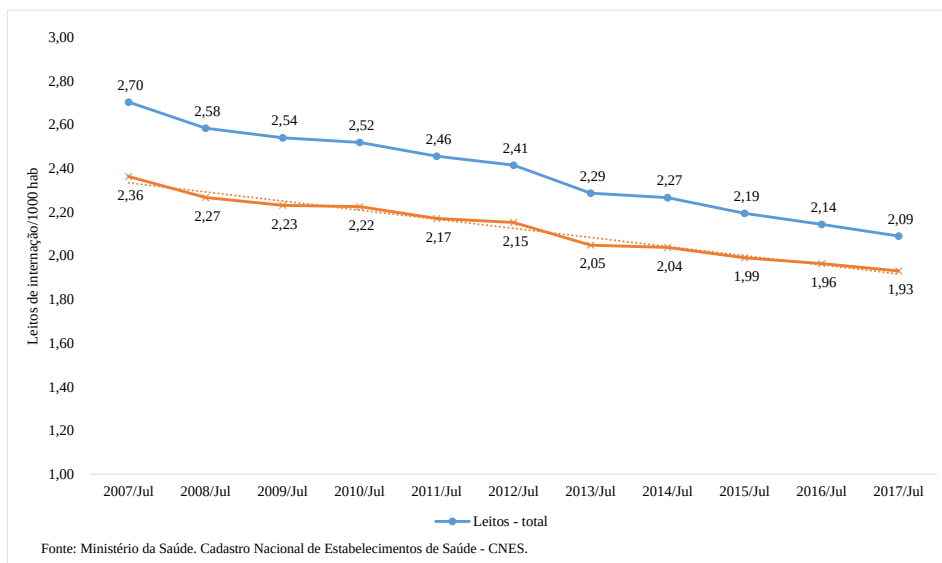


Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - Siops. Consulta feita em 5 set. 2017. População estimada pela Ripsa até 2012, pelo MS segundo metodologia da Ripsa de 2013 a 2015 e pelo IBGE para o TCU de 2016. Valores deflacionados pelo IPCA médio.

Leitos de internação por mil habitantes disponíveis para o SUS, Brasil, 2006 - 2017

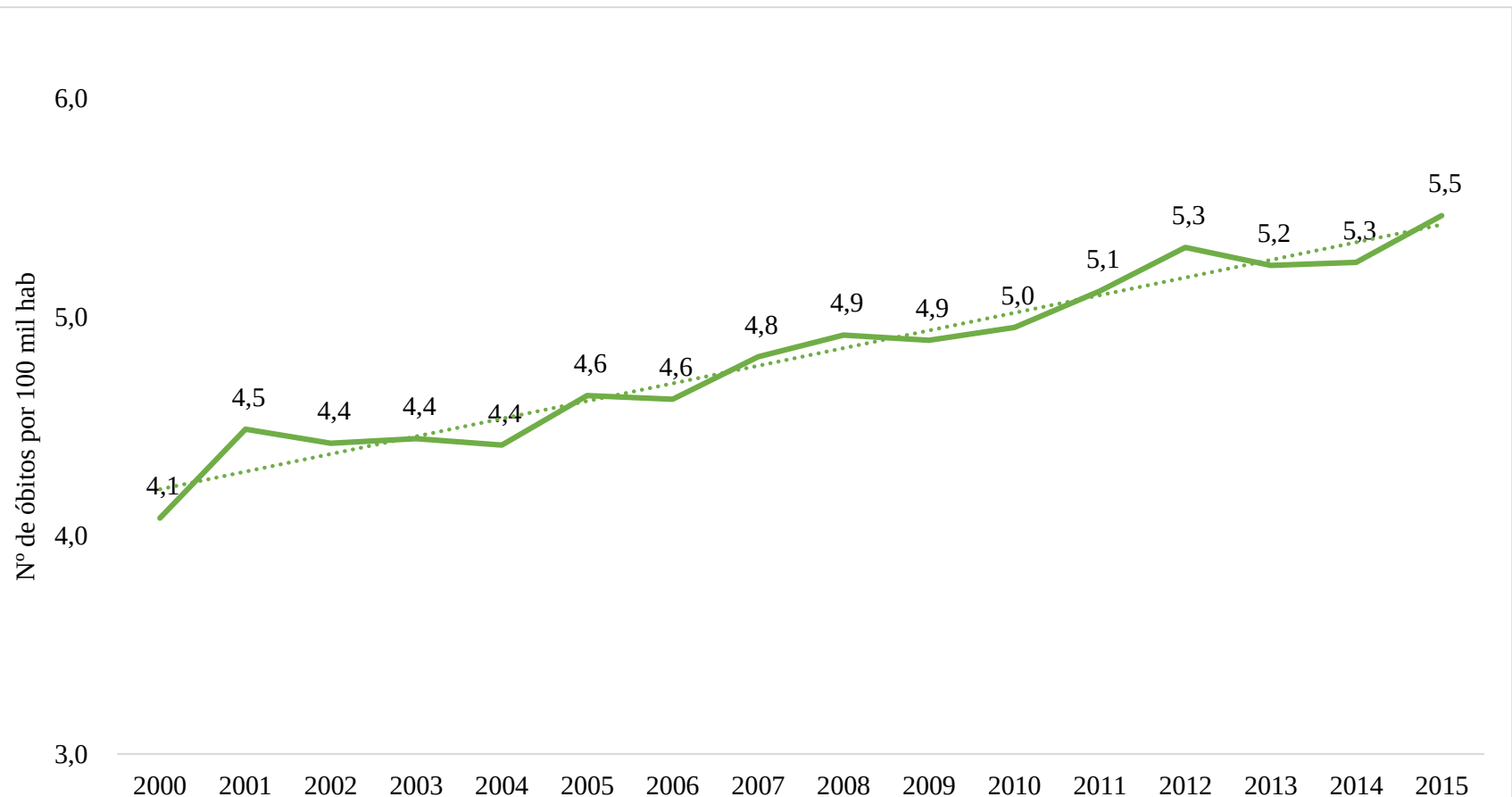


Calculado para a população total



Calculado para 70% da população total

Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídios) no Brasil, 2000 – 2015



Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. População estimada pelo IBGE para o TCU.

Outras questões que precisam ser consideradas

Sobre ajustes fiscais muito severos...

- Economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) reconheceram que algumas políticas neoliberais aumentam a iniquidade social e colocam em risco uma expansão durável da economia
- Admitiram que as políticas de austeridade fiscal não só têm custos para o bem-estar social, mas também afetam a demanda, aumentando o desemprego

(Ostry, Loungani e Furceri, 2016)

A participação da saúde na economia

- Nos 28 países da União Europeia, a participação da saúde na economia tem sido de cerca de 9% do PIB (Quaglio et al, 2013)
- No Brasil, o valor adicionado bruto das atividades de saúde foram responsáveis por 6,5% do PIB em 2013, sendo que a atividade saúde pública teve participação de 2,3% do PIB no mesmo ano (Brasil, 2015)
- O efeito multiplicador do gasto com saúde no país foi calculado em 1,7, ou seja, para um aumento do gasto com saúde de R\$ 1,00, o aumento esperado do PIB seria de R\$ 1,70 (Abrahão, Mostafa e Herculano, 2011)
- Segundo Stuckler e Basu (2013), em estudo que analisou dados de 25 países europeus, dos Estados Unidos e Japão, a educação e a saúde têm os maiores multiplicadores fiscais, que são superiores a três

Política fiscal e ciclo econômico

- Despesas com investimentos, benefícios sociais e pessoal são importantes para o crescimento do PIB durante as recessões
 - (respectivamente 1,68, 1,51 e 1,33)
- Significa que o gasto de R\$ 1 com benefícios sociais resulta em aumento de R\$ 1,51 no PIB
- Já os subsídios têm efeito insignificante para o crescimento do PIB

Fonte: ORAIR, R.O.; SIQUEIRA, F.F.; GOBETTI, S.W. **Política Fiscal e Ciclo Econômico**: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público. Monografia premiada em 2º lugar. XXI Prêmio Tesouro Nacional 2016. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/premios/premios-1/premios-viviane-2016/xxi-premio-tesouro-nacional-2016/2o-lugar-rodrigo-octavio-orair-086.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Orçamento familiar X Orçamento público

- A dívida do Estado não é semelhante à dívida das famílias
- Quando o governo gasta mais e investe na economia, a criação de empregos se multiplica e as finanças públicas se fortalecem
- Conforme a economia cresce, diminui a demanda por programas sociais

Stiglitz (2017)

Obrigada!